

# 8

## CAPÍTULO

# REFORMA DO SISTEMA ELEITORAL E POLÍTICO: CONSTRUÇÕES PARTIDÁRIAS DE UMA NOVA REALIDADE POLÍTICA<sup>1</sup>

*Leonardo Aires de Castro<sup>2</sup>*

*Jonas Modesto Abreu<sup>3</sup>*

---

1 Uma prévia dessa pesquisa foi apresentada no I CONPEEX da Regional Catalão, em formato de resumo expandido, contendo os resultados iniciais, e um resumo desse artigo também foi submetido ao XII CONPEEX, como caráter obrigatório da função de bolsista de iniciação científica, ambos intitulados “Reforma do sistema político brasileiro: as siglas partidárias, suas propostas e orientações”. A modificação do título do artigo se justifica na melhor adaptação do conteúdo abordado na pesquisa.

2 Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão – GO, Brasil

3 Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão – GO, Brasil

E-mail de contato: leoaiorescastro@gmail.com

**Resumo:** A reforma política é alvo de grandes discussões, tema retomado a partir dos anos 2000, quando clamores ainda remanescentes da Constituinte de 1988 tomaram forma institucional, dando espaço à criação de uma comissão no Congresso Nacional. Entidades sociais e partidos políticos estabeleceram um diálogo infrutífero, tendo em vista a modificação quase nula do sistema político que resultou da realização da reforma. O objetivo desse trabalho é averiguar as propostas de reforma política dos partidos políticos que compõem o bancada política e os pontos de vista ideológicos e programáticos de cada agremiação. Para isso, a pesquisa focou as prováveis implicações dos posicionamentos mais contundentes e das propostas com maior poder de aprovação, levando em consideração o *lobby* político. A metodologia utilizada compreende uma abordagem técnica do tema, a partir de pesquisa bibliográfica e monográfica para alcançar um resultado satisfatório.

**Palavras-chave:** reforma política; partidos políticos; democracia.

**Abstract:** The political reform is the subject of great discussion, retrieve from 2000s, while remaining claims of 1988 constituent took institutional form, giving space for the establishment of a committee in Congress. Social organizations and political parties establish a fruitless dialogue, given the almost no change in the political system that resulted from the accomplishment of the reform. The objective of this study was to investigate the political reform proposals of the political parties that compose the Brazilian parliament, the ideological and programmatic views of each one. For this, the research aimed the likely implications of the most striking positions and proposals with greater power of approval, taking into account the “lobby” politician. The methodology employed comprises a technical approach of the subject, making use of bibliographic and monographic research to achieve a satisfactory result.

**Keywords:** political reform; political parties; democracy.

## 1 INTRODUÇÃO

A reforma política está tomando os noticiários e páginas da internet, compreendendo um espaço de discussão vital para que se consolide como realidade no imaginário brasileiro. Sua bandeira foi levantada durante toda a campanha eleitoral de 2014. Candidatos a presidente, a governador, a deputados e a senadores abordavam esse postulado para abarcar uma vontade advinda da sociedade.

A crise da representatividade e a decadência das instituições são apresentadas como motivos dos problemas sociais que somente serão remendados caso haja uma reestruturação institucional do contexto político. Capitanada por partidos políticos e entidades sociais, tal discussão é fator recorrente no âmbito político, obtendo plataforma congressual com o projeto de Lei 2679/03, aprovado pela Comissão Especial de Reforma Política em 2003 (KLEIN, 2007).

Todavia, a reforma política não obteve o sucesso requerido naquela época, tornando-se novamente, nos anos seguintes, discurso de palco eleitoral. A estrutura em nada se modificou, engessando a representatividade aos olhos da população. Passadas as Jornadas de Junho de 2013 e as eleições de 2014, iniciamos 2015 sem um horizonte, com a promessa de várias reformas políticas que, de fato, não contemplavam os clamores populares, de forma que a matéria em questão vira moeda de troca, um modo de beneficiar uma categoria que já compreende a estrutura institucional em sua esfera cotidiana, os donos do poder.

A postergação da reforma se deu também pelo receio inerente de se promover retrocessos no modelo vigente. Em muitos países, após uma mudança no contexto do processo eleitoral ou no próprio arranjo político, ocorreu uma involução em relação ao modelo anterior (KLEIN, 2007). Muitas vezes surgiram aberrações que pioraram o modelo que antes era apenas entendido como incômodo. Tal fator se explica pelo fato de nenhum sistema político ser perfeito.

Portanto, para o sucesso da reforma política, é preciso observar erros anteriores, dos quais retiramos resultados positivos ou negativos. Esse é o caso das mudanças nas regras de financiamento de campanha, que foram respostas paliativas aos escândalos de 2006, sem mudar qualquer dispositivo na prática. Outra mudança com efeito negativo foi a criação dos “trancamentos de pauta” do Legislativo, objetivando diminuir a emissão de novas medidas provisórias. Tudo isso demonstra a ineficiência de reformas superficiais, que não geram reestruturações profundas nas relações que envolvem os poderes e a população (RENNÓ, 2008).

O presente artigo analisa as propostas partidárias de reforma política. Com 32 partidos políticos em atividade, 28 deles representados no Congresso Nacional, buscou-se estabelecer diferenças e similitudes entre as respectivas proposições e vinculá-las a seus programas políticos e posicionamentos ideológicos. Vale ressaltar que nem todas as agremiações partidárias possuíam uma proposta de reforma política, por vezes as propostas estavam associadas a agentes partidários.

Os partidos políticos em criação foram desconsiderados, visto que suas propostas não poderiam vigorar institucionalmente. Assim, a pesquisa analisou as propostas dos partidos políticos que possuíam uma proposta de reforma do sistema político brasileiro que estivesse em sintonia com seu programa partidário. Das onze agremiações das quais houve proposições, dez possuem representatividade no Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado. Vale ressaltar a falta de proposições das chamadas “legendas de aluguel”, aqueles partidos que são criados para servirem de plataforma de negociatas.

De acordo com Duverger (1970), é importante compreender que os partidos políticos são o único modo de organizar, consagrar e instrumentalizar a democracia. Para Bobbio (2000), o partido tem como função a intermediação entre o

autor e o ator, ou seja, o eleitor e o eleito. Tendo isso em vista, é relevante a participação dos partidos políticos na construção da reforma política, uma vez que são eles que garantem a representação dos interesses e ideais presentes na sociedade.

Entre as questões mais abordadas no âmbito da reforma, destacam-se: 1) o sistema eleitoral, especialmente no que tange a lógica da votação, com a possibilidade de se mudar para o voto em lista fechada, voto distrital, voto distrital misto ou para o voto “distritão”; 2) o financiamento de campanha, que poderá ser privado, público ou misto; 3) as coligações, com a possibilidade de sua manutenção ou extinção; 4) a reeleição e o tempo do mandato, com a perspectiva de fim da primeira e a modificação do segundo; 5) o voto obrigatório, decisão sobre a sua manutenção ou flexibilização; 6) o calendário eleitoral; e 7) a participação popular.

Os pontos levantados relacionam-se às crises de interesses, representatividade e participação da sociedade civil nas esferas decisórias. Entre as formas de instrumentalizar a reforma política, há a criação de um plebiscito para consultar a população sobre o que se deve modificar e, depois, a realização de um referendo para dar conhecimento e legitimidade social às decisões. De um lado, há partidos que defendem a participação popular na realização da reforma, de outro, existem agremiações partidárias que enxergam nessa proposta uma forma de uso político da população para concretizar os interesses das maiorias governistas.

Jobim (2008) compreende que o sistema político atual está esgotado, apontando para os candidatos que concorrem em eleições regionais utilizando práticas ilegais para manter suas candidaturas e se eleger. O autor também trata de problemas estruturais do atual sistema político, modelo que afoga as negociações, formando frentes baseadas em interesses eleitorais. No seu entendimento, há a necessidade de se reformar o sistema político brasileiro, mas sempre buscando inseri-la em um contexto político que não pode se dissociar da realidade atual.

A reforma não é uma partícula singular, da qual se pode tratar sem recorrer a outros dispositivos de ordem econômica e cultural. Na realidade, a sua viabilidade está condicionada a outras discussões, como a independência dos poderes e dos fatores econômicos do país, por exemplo. As implicações das mudanças devem ser premeditadas com o maior rigor possível, não deixando espaço para retrocessos desnecessários que podem ser previstos. A pesquisa utilizou autores especializados no tema da reforma política e analisou os resultados sob a ótica de comparações entre outros países e épocas.

A metodologia utilizada compreende uma abordagem qualitativa, dado o fenômeno eminentemente social, demandando essa especificidade como instrumento de análise. Como o tema da reforma política se constrói sob uma argumentação bastante complexa e particular, o uso de tal método garante maior abrangência ao estudo (RICHARDSON, 1999). Foram utilizadas as abordagens histórica e

monográfica para pesquisar as propostas, sintetizadas em documentos que foram remetidos pelos partidos políticos ou estavam à disposição em domínios públicos, como o da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Senado e das agremiações partidárias.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Para se realizar uma coleta e análise mais clara dos dados, a pesquisa ficou restrita apenas às propostas partidárias. Desse modo, o foco passou a ser a conjugação de propostas de cada partido político, explorando-se a lógica de cada agremiação. Assim, foram conjugadas as possíveis negociações entre propostas e as similaridades/diferenças partidárias. Importante salientar que esses dados foram obtidos junto aos diretórios nacionais, sites institucionais e documentos em trâmite nos congressos partidários.

Para situar o leitor na discussão do tema, levantou-se o quadro geral da política institucional brasileira. É preciso saber que as eleições no Brasil ocorrem a cada dois anos, sendo elas regionais (para eleger prefeitos e vereadores) e nacionais (para eleger presidente, governadores, deputados federais, estaduais ou distritais e senadores). O tempo do mandato é de 4 anos para todos os cargos, exceto o de senador, que é de 8 anos. Para os cargos executivos, é permitida uma reeleição, enquanto para os cargos legislativos, a reeleição é indefinida. O financiamento da campanha é misto. As eleições para os cargos executivos e senadores são majoritárias, sendo que os prefeitos, os governadores e o presidente podem ser eleitos em dois turnos se houver os requisitos dispostos. As demais eleições são definidas por voto proporcional de lista aberta. O voto é obrigatório a partir dos 18 anos, sendo facultativo às pessoas entre 16 e 17 anos, e com idade superior a 65 anos. São permitidas as coligações partidárias, havendo a observância da ocorrência de coligações proporcionais em sintonia com as chapas majoritárias em todos os âmbitos.

Tendo esse contexto em vista, as exposições dos dados coletados e analisados buscaram modificar o quadro apreciado, tecendo críticas a partir da literatura consagrada e dos cenários comparativos. As propostas partidárias são, em muitos momentos, similares entre si. Não obstante, encontra-se no embate político uma tensão que inviabiliza o diálogo e se utiliza dos favores políticos para obter consensos nas comissões de Reforma Política e Justiça e Cidadania. As propostas individuais que foram observadas durante a pesquisa não sobrepõem as dos partidos políticos, acompanhando o entendimento de ao menos uma agremiação. Foram encontradas discordâncias internas, assim como frentes parlamentares suprapartidárias com o intuito de defender os interesses de partidos sem expressão.

A pesquisa teve início com os partidos que concorreram à presidência em 2014 e que possuíam um programa de reforma política, no caso: o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). As demais agremiações partidárias ou não apresentaram uma proposta partidária formal, deixando para o candidato em questão o arbítrio da opinião – como ocorreu com o Partido Verde (PV), o Partido Social Democrata Cristão (PSDC), o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) e o Partido Social Cristão (PSC) – ou a propôs fora do sistema institucional, como ocorreu com o Partido da Causa Operária (PCO) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A pesquisa também procurou obter informações dos partidos que circundam as esferas do poder, que concorreram às eleições legislativas e executivas. Assim, surgiram as especificações de reforma do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), dos Democratas (DEM), do Partido Trabalhista Cristão (PTC), do Partido Popular Socialista (PPS), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do Partido Trabalhista Nacional (PTN). A fim de sintetizar os dados coletados, serão expostas na Tabela 1 todas as propostas partidárias.

**Tabela 1.** Partidos políticos brasileiros e suas propostas de reforma do sistema político-eleitoral

<b>Partido político</b>	<b>Propostas de reforma</b>
PT	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Constituinte exclusiva</li> <li>· Voto em lista fechada</li> <li>· Cotas femininas nas eleições</li> <li>· Financiamento público de campanha</li> </ul>
PSDB	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Voto distrital misto</li> <li>· Fim das coligações proporcionais</li> <li>· Cláusulas de desempenho</li> <li>· Fim da reeleição</li> <li>· Coincidência do calendário eleitoral</li> <li>· Financiamento misto de campanha com teto</li> <li>· Mudança nas regras de radiodifusão</li> </ul>
PMDB Partido Político	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Fim da reeleição</li> <li>Propostas de Reforma</li> <li>· Voto “distritão”</li> <li>· Financiamento misto de campanha</li> </ul>
DEM	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Fim da obrigatoriedade do voto</li> </ul>

(continua)

**Tabela 1.** Partidos políticos brasileiros e suas propostas de reforma do sistema político-eleitoral (*continuação*)

Partido político	Propostas de reforma
PSOL	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Coincidência do calendário eleitoral</li> <li>· Voto em lista fechada</li> <li>· Financiamento público de campanha</li> <li>· Mudança nas regras de radiodifusão</li> <li>· Revogabilidade do mandato pelos eleitores</li> <li>· Voto em lista fechada</li> <li>· Fim das coligações proporcionais</li> <li>· Proibição de veiculação de pesquisas</li> <li>· Fim das cláusulas de barreira</li> <li>· Referendo e plebiscito popular</li> </ul>
PSB	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Coincidência do calendário eleitoral</li> <li>· Fim da reeleição no executivo</li> <li>· Mandato de 5 anos no executivo</li> <li>· Fim das coligações proporcionais</li> <li>· Cláusulas de desempenho</li> </ul>
PSTU	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Financiamento misto de campanha</li> <li>· Financiamento público de campanha</li> <li>· Mudança nas regras de radiodifusão</li> <li>· Referendo e plebiscito popular</li> </ul>
PTC	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Fim da reeleição no executivo</li> </ul>
PPS	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Voto distrital misto</li> <li>· Financiamento público de campanha</li> <li>· Adoção do parlamentarismo</li> <li>· Fim da reeleição</li> <li>· Fim das coligações proporcionais</li> <li>· Suplência do Senador</li> <li>· Ampliação das regras do segundo turno</li> </ul>
PCdoB	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Financiamento público de campanha</li> <li>· Voto em lista fechada</li> <li>· Fim das coligações proporcionais</li> </ul>
PTN	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Financiamento público de campanha</li> <li>· Mudança nas regras de radiodifusão</li> <li>· Mudança nas regras de criação de partidos</li> </ul>

Os partidos políticos que não foram abordados não possuem propostas de reforma política, não responderam às solicitações eletrônicas enviadas aos seus diretórios nacionais nem disponibilizaram quaisquer documentos da sigla que tratassem do tema em questão.

Pode-se visualizar, na Tabela 1, a conjunção de propostas dos diversos partidos políticos brasileiros, expondo semelhanças e diferenças que os categorizam em espectros ideológicos e programáticos. Partidos muito distintos, como o PT e o DEM, se assemelham ao propor voto em lista fechada, na intenção de fortalecerem seus partidos e obterem mais cadeiras no Congresso Nacional, em vista da amplitude nominal da agremiação.

A reforma política sustenta uma saída para a crise institucional estabelecida no país, sendo, para muitos, o instrumento moralizador da política brasileira. A bandeira apoiada praticamente por todos os partidos parte de um pressuposto único e aglutinador: precisamos mudar. Entretanto, discorda-se do que, quando e como mudar. Essa indecisão, juntamente com muitos momentos de acirramento ideológico e partidário, rompe a própria lógica da reforma, uma vez que subjuga seus poderes às disputas parlamentares.

Desse modo, surgiram os primeiros desafios da reforma na sua própria concepção: a concordância de que há a sua necessidade e quais serão os pontos modificados. O apoio popular à reforma venceu o primeiro desafio, o segundo se mostra cada vez mais distante. De todo modo, conforme destaca Rennó (2008), para se produzir uma reforma eficaz, seria necessário que se colocasse em discussão o atual cenário político, pois somente assim se poderia chegar às prováveis prescrições. Seria importante estabelecer entre os partidos, nas comissões parlamentares, um diálogo que levasse em consideração as necessidades do Brasil, tendo como parâmetro comparativo as mudanças realizadas em outros países. Assim, iríamos buscar em outras democracias, estáveis e vitoriosas, os horizontes possíveis para a nossa democracia.

É importante ressaltar que as divergências ideológicas e programáticas dos partidos políticos brasileiros são latentes. Considerando as peculiaridades de suas propostas de reforma do sistema político nacional, observa-se que as agremiações que se encontram no espectro da esquerda ou centro-esquerda (aborda-se aqui a relação do programa partidário e seu posicionamento no espectro político, não levando em consideração os posicionamentos de seus candidatos e eleitos) tendem a defender o financiamento público de campanha, principalmente em função do respaldo que essa proposta encontra na sociedade civil organizada e em entidades de interesse político como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Os partidos pertencentes à centro-direita e à direita preferem o financiamento misto de campanha, com mudanças nas regras, como o teto de doação e a fidelidade donatária.



No que concerne ao voto, aqueles que optam pelas listas fechadas, pelo voto no partido e não no candidato, almejam o fortalecimento das instituições partidárias e uma maior representatividade no Congresso Nacional. Aqueles que defendem o “distritão”, modelo de votação em que as unidades federadas se tornam distritos nos quais vence o candidato que angariar o maior número de votos, vislumbram privilegiar as lideranças regionais. Os defensores do voto distrital misto conjugam ambos os fatores, advogando em favor da divisão do território nacional em vários distritos e da realização de dois turnos eleitorais, nos quais se vota no partido no primeiro momento, decidindo o número de cadeiras no parlamento, e escolhe-se um dos candidatos apresentados pelos partidos no segundo turno.

Quase todos os partidos analisados defendem o fim da reeleição para os cargos executivos e a instituição do mandato de cinco anos. A unificação do calendário eleitoral é defendida por partidos que desejam um maior contingenciamento dos gastos estatais. Os pequenos partidos defendem mudanças nas regras de radiodifusão e propaganda televisiva, reivindicando condições igualitárias de tempo de apresentação para todas as legendas. O fim das coligações proporcionais é de interesse dos partidos que desejam uma seleção mais rigorosa das agremiações que concorrem às vagas parlamentares, almejando o fortalecimento dos grandes partidos e a extinção das siglas de aluguel.

Finalizando a explanação geral sobre os interesses dos partidos políticos em destaque, as tabelas abaixo contemplam os seguintes temas: reeleição, financiamento privado ou público de campanha, sistema eleitoral e coligações. Outros temas também foram votados no processo de realização da reforma política brasileira, como o fim da obrigatoriedade do voto e cláusulas de barreiras, por exemplo. Todavia, a decisão de abordar apenas estes temas se deve aos seus impactos mais imediatos e midiáticos.

É importante frisar que este relatório avaliou apenas as orientações de bancadas partidárias, o posicionamento do partido político e não de seus agentes individuais. O foco foi o voto a favor, contra, a bancada liberada e a obstrução. A primeira votação a ser analisada trata do instituto da reeleição do Executivo que, desgastado pela propaganda negativa empreendida pela mídia nos últimos anos, foi aprovada pelos partidos por unanimidade, sendo que todas as bancadas orientaram o voto a favor.

Na votação que tratou do financiamento das campanhas eleitorais, ocorreu uma manobra do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), para garantir interesses pontuais de grupos parlamentares, fato que levou à decisão sobre o financiamento público ou privado das campanhas eleitorais para o Supremo Tribunal Federal (STF). De modo geral, foram aprovadas apenas pequenas nuances, que não alteraram significativamente o modelo político em vigência.

**Tabela 2.** Financiamento público exclusivo

<b>Financiamento público exclusivo de campanha</b>			
	<b>A favor</b>	<b>Contra</b>	<b>Obstrução</b>
<b>Partidos Políticos Brasileiros</b>	PSoL, PCdoB, PDT.	PMDB, PTB, PEN, PHS, PSC, PP, DEM. PTdoB, PMN, PPS, PR, PRP, PSB, PSDC, PSL, PTC, PTN, PRB, PRTB PSD, PV. PROS, PSDB.	PT, Solidariedade.

**Tabela 3.** Financiamento público/privado de empresas e pessoas físicas para partidos políticos

<b>Financiamento público/privado de empresas e pessoas físicas para partidos políticos.</b>				
	<b>A Favor</b>	<b>Contra</b>	<b>Obstrução</b>	<b>Liberado</b>
<b>Partidos Políticos Brasileiros</b>	PMDB, SOLIDARIEDADE, PTB, PEN, PHS, PSC, PP, DEM. PTdoB, , PMN, PR, PRP, PSDC, PSL, PTC, PTN, PRB, PRTB PSD, PV, PROS, PSDB.	PT, PCdoB, PDT, PPS.	PSoL.	PSB.

Na Tabela 2, nota-se que apenas três partidos votaram a favor do financiamento público exclusivo de campanha. Partidos como o PTN e o PPS, mesmo apoiando em seus programas o financiamento público, orientaram suas bancadas a votar contra. O PT, um dos principais defensores desta matéria durante as eleições de 2014, orientou a obstrução de sua bancada, revelando a intenção de discutir e articular acordos interpartidários em torno do tema. Na Tabela 3, é possível visualizar quais partidos se mantiveram fiéis às suas propostas e quais optaram por ceder a acordos em favor de uma proposta intermediária ou menos nociva aos seus interesses.

A proposta de voto em lista fechada acabou inviabilizada, pois, à exceção do PT, proponente da matéria, contava com a antipatia de parlamentares de todas as outras legendas. O modelo de voto “distritão” e o distrital misto acabaram rejeitados em função das reações de segmentos parlamentares derrotados contra os acordos que uniam grupos partidários que buscavam fazer valer os seus interesses.

**Tabela 4.** O sistema de voto “distritão”

	Sistema de voto		
	A Favor	Contra	“distritão” Liberado
<b>Partidos Políticos Brasileiros</b>	PMDB, SOLIDARIEDADE, PTB, PCdoB, PEN, PHS, PSC, PP, DEM.	PT, PTdoB, PSoL, PMN, PPS, PR, PRP, PSB, PSDC, PSL, PTC, PTN, PDT, PRB, PRTB PSD, PV.	PROS, PSDB.

**Tabela 5.** O sistema de voto distrital misto

	Sistema de voto distrital misto		
	A Favor	Contra	Liberado
<b>Partidos Políticos Brasileiros</b>	PSDB, PPS.	PMDB, SOLIDARIEDADE, PTB, PCdoB, PEN, PHS, PSC, PP, PT, PTdoB, PSoL, PMN, PR, PRP, PSB, PSDC, PSL, PTC, PTN, PDT, PRB, PRTB, PSD, PV.	PROS, DEM.

A votação sobre o fim das coligações proporcionais também mostrou a incompatibilidade das propostas partidárias com as orientações de voto dos partidos durante as votações da reforma política. Os pequenos partidos políticos, que advogavam em campanha pelo fim das coligações proporcionais, acabaram mudando de posicionamento quando verificaram que o novo modelo não resguardaria espaço às legendas fisiológicas, característica peculiar às pequenas legendas partidárias em nosso país.

Tabela 6. Fim das coligações proporcionais

Fim das coligações proporcionais			
	A Favor	Contra	Liberado
<b>Partidos Políticos Brasileiros</b>	PSDB, PPS, PSol, PSD.	PMDB, SOLIDARIEDADE, PTB, PCdoB, PEN, PHS, PSC, PP, PT, PTdoB, PMN, PR, PRP, PSB, PSDC, PSL, PTC, PTN, PRB, PRTB, PV.	PROS, DEM, PDT.

Compreendendo como se dá a lógica da política partidária, a Tabela 7 mostrará a fidelidade dos partidos ante seus programas e propostas, comparando suas propostas partidárias com orientações dadas no decorrer das votações da reforma política. Vale ressaltar o caráter precário no qual se deu a reforma política, com dissolução da Comissão Especial de Reforma Política e a captação do processo por grupos alinhados a interesses conservadores, tendo em vista as manobras parlamentares que reverteram vitórias de propostas com significativa relevância, ficando a decisão sobre parte importante das mudanças no sistema político em vigência nas “mãos” do Supremo Tribunal Federal.

Tabela 7. Quadro geral de atuação dos partidos na reforma do sistema político brasileiro

Partido Político	Propostas de Reforma	Orientação	Resultado
PT	Financiamento público de campanhas	Contra: Financiamento Público/ Privado de Empresas e Pessoas Físicas para Partidos, Coligações	Matérias Derrotadas: Financiamento Exclusivamente Público, Fim das Coligações, Distrital Misto, Distritão
		Obstrução: Financiamento Exclusivamente Público	Matérias Aprovadas: Financiamento Público/ Privado de Empresas e Pessoas Físicas para Partidos, Reeleição

(continua)

**Tabela 7.** Quadro geral de atuação dos partidos na reforma do sistema político brasileiro (*continuação*)

<b>Partido Político</b>	<b>Propostas de Reforma</b>	<b>Orientação</b>	<b>Resultado</b>
PSDB	Voto distrital misto Fim das coligações proporcionais Fim da reeleição Financiamento misto de campanha	Favorável: Voto Distrital Misto, Fim das Coligações, Fim da reeleição, Financiamento Público/ Privado de Empresas e Pessoas Físicas para Partidos	
PMDB	Fim da reeleição Voto Distritão Financiamento misto de campanha	Favorável: Fim da Reeleição, Voto Distritão, Financiamento Misto de Campanha	
PSOL	Financiamento público de campanha Fim das coligações	Favorável: Financiamento Público de Campanha e Fim das Coligações	
PSB	Fim da reeleição no executivo Fim das coligações proporcionais Financiamento misto de campanha	Favorável: Fim da Reeleição no executivo e Financiamento Misto de Campanha.  Contra: Fim das Coligações Proporcionais	

*(continua)*

**Tabela 7.** Quadro geral de atuação dos partidos na reforma do sistema político brasileiro (*continuação*)

<b>Partido Político</b>	<b>Propostas de Reforma</b>	<b>Orientação</b>	<b>Resultado</b>
PTC	Fim da reeleição no executivo	Favorável: Fim da Reeleição no executivo.	
PPS	Voto distrital misto Financiamento público de campanha Fim da reeleição Fim das coligações proporcionais	Favorável: Voto Distrital Misto, Fim da reeleição e Fim das coligações proporcionais.  Contra: Financiamento Público de Campanha	
PCdoB	Financiamento público de campanha Voto em fechada Fim coligações proporcionais	Favorável: Financiamento Público de Campanha, Distritão  Contra: Fim das Coligações proporcionais	
PTN	Financiamento público de campanha	Contra: Financiamento público de campanha	

### 3 CONCLUSÃO

A reforma política não pode ser levada ao singular, pois, como se vê neste relatório, há várias propostas de reformas, cada qual com seu interesse bem demar-

cado em posicionamentos ideológicos, programáticos e pessoais. O que se pode afirmar é a necessidade de uma mudança identificada no seio da sociedade. O ano de 2015 ficará marcado como o início de uma nova era da política brasileira, dado o conteúdo político verificado no decurso do ano. A Comissão de Reforma Política da Câmara Federal ainda trabalha para dar celeridade ao processo, assim como grupos externos que promovem debates e pesquisam sobre o assunto.

Ao longo da pesquisa, na colheita de dados e em seu tratamento, foram encontrados obstáculos que vale a pena serem indicados. O primeiro deles é a impossibilidade de se fazer uma reforma política sem consultar a população sobre os pontos a serem mudados e quais caminhos tomar. Claro que isso demanda fóruns de discussão, programas de rádio, televisão e internet, meios que deveriam ser vinculados à educação sobre o tema. A propositura de um plebiscito ou referendo seriam requisitos primordiais para dar legitimidade a qualquer processo reformador.

Também havia a necessidade de se estabelecer uma via coerente para a realização da reforma política. Hoje sofremos com uma demanda multifacetada em diversos órgãos, distribuída nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. O Legislativo luta para estabelecer um rumo reformador, o Supremo Tribunal Federal descumprindo o papel de protetor da Constituição com Ações Diretas de Inconstitucionalidade, criando obstáculos ou impedindo mudanças que fariam diferença no cenário político atual. O Executivo não conglomerava uma pauta coesa e fixa, aplicando medidas provisórias que repelem modificações relevantes.

Todas as peculiaridades indicadas nos levam a outro obstáculo, o jogo de interesses nas instâncias decisórias. A construção de uma lógica de poder perpétuo, encabeçada por líderes políticos que se encaixam na estrutura arcaica de representação política em vigência, nos moldes dos *Donos do Poder*, de Raymundo Faoro (2013), impossibilita a conjunção dos interesses da sociedade com as decisões dos agentes políticos. A invalidade desse processo dificulta a resolução da crise de representatividade que o país, há tempos, vem vivendo.

É duvidoso que a reforma em curso seja consonante com a vontade popular. Afinal, a vontade popular, se é que é possível fazer uso deste termo, está longe de ser unânime e informada. Não há a conscientização social sobre a função de uma reforma política, uma vez que o tema ainda demanda informações e esclarecimentos ao público em geral. Por isso, a falta de participação popular continua interferindo no processo, obstruindo a democracia. O veto do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, versando sobre a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social, é um bom exemplo disso.

Sendo assim, a discussão da reforma política não poderia estar restrita apenas aos setores políticos profissionais, mas acessível a todos os indivíduos, dando respaldo às soluções pretendidas. O caso do financiamento de campanha é característico

para representarmos este debate, afinal, segundo o Instituto Datafolha<sup>4</sup>, 74% dos brasileiros acreditam que doações feitas por empresas a partidos políticos deveriam ser vetadas por criar um cenário de corrupção. Entretanto, a proposta que constitucionaliza as doações privadas foi aprovada. Isso evidentemente acentua o distanciamento entre os congressistas e seus eleitores. A mesma pesquisa revela que 75% dos brasileiros dizem não possuir uma legenda partidária preferida, fato que coloca em cheque a representatividade dos partidos político de nosso país.

Quando se observa as propostas partidárias na Tabela 1, é possível compreender os limites tênues entre os partidos políticos que, mesmo possuindo posicionamentos contrários, conseguiram unificar seus interesses em torno de propostas comuns. Não se pode afirmar que tais posicionamentos representam uma aproximação no campo político, significa apenas que as propostas de reforma política não necessariamente estão ligadas ao espectro ideológico ou programático, mas, sim, a jogos de interesse.

Na Tabela 2, observa-se uma contradição nas orientações partidárias, se levarmos em conta as propostas divulgadas durante a última campanha eleitoral. Isso se explica pelos acordos partidários que têm como propósito diminuir perdas ou procurar consensos. Sobre a primeira proposição, cabe o exemplo do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) que, ao visualizar a derrota do financiamento público exclusivo de campanha e a possível deterioração das cláusulas de barreiras que impediriam os pequenos partidos de receber o fundo partidário, acabou orientando sua bancada a votar a favor do “distritão”, objetivando diminuir os efeitos negativos da reforma política sobre si. A respeito da segunda proposição, verifica-se o caso do Partido dos Trabalhadores (PT), que decidiu obstruir a votação do financiamento público exclusivo de campanhas para articular um apoio mais consistente e balizar as derrotas em outras matérias que poderiam invalidar seus interesses mais relevantes.

Por fim, vale lembrar que essa pesquisa traçou apenas as propostas dos partidos políticos que possuíam programa de reforma e abordou somente temas vistos como os mais importantes pela mídia e pela crítica especializada. Futuras pesquisas podem tratar do teor das proposições da reforma política sob a ótica da atualidade política do país ou sobre a arquitetura do poder manifesto nas relações interpartidárias. Os jogos de interesses que estruturam a reforma são balizadores da sua própria consumação, subjungando a participação popular e os preceitos básicos da democracia.

---

4 SOUZA, A. de. *Datafolha*: Três em cada quatro brasileiros são contra o financiamento de campanha por empresas privadas. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-tres-em-cada-quatrobrazilios-sao-contr-financiamento-de-campanha-por-empresas-privadas-16672767>>. Acesso em: 04 ago. 2015.



## REFERÊNCIAS

BENEVIDES, M. V. M.; VANNUCHI, P.; COMPARATO, F. K. **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOBBIO, N. **Teoria geral da política: a filosofia e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COSTA PORTO, W. **Dicionário do voto**. Brasília: Editora UNB, 2000.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, abr. 1995.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2013.

KLEIN, C. **O desafio da reforma política: consequências dos sistemas eleitorais de lista aberta e fechada**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RENNÓ, L. R. Reformas políticas no Brasil: realizadas e prováveis. In: MULHOLLAND, T.; RENNO L. R. (Org.). **Reforma política em questão**. 1. ed. Brasília: UnB, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, A. Datafolha: três em cada quatro brasileiros são contra o financiamento de campanha por empresas privadas. 2015. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-tres-em-cada-quatro-brasileiros-sao-contrafinanciamento-de-campanha-por-empresas-privadas-16672767>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

